

Índice Firjan Gestão Fiscal - Edição 2025

Panorama das contas dos municípios da Bahia e principais desafios

ANÁLISE ESPECIAL | IFGF

www.firjan.com.br/ifgf

O **Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF)** apresenta uma radiografia completa da situação das contas públicas municipais. O índice é inteiramente construído com base em resultados fiscais oficiais, declarados pelas próprias prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e é composto por quatro indicadores¹: **Autonomia**, **Gastos com Pessoal**, **Liquidez** e **Investimentos**. A leitura dos resultados é bastante simples: a pontuação varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próxima de 1 melhor a gestão fiscal do município. Com o objetivo de estabelecer valores de referência que facilitem a análise, foram convencionados quatro conceitos para o IFGF:

Gestão de Excelência: resultados superiores a 0,8 ponto.

Boa Gestão: resultados entre 0,6 e 0,8 ponto.

Gestão em Dificuldade: resultados entre 0,4 e 0,6 ponto.

Gestão Crítica: resultados inferiores a 0,4 ponto.

A Situação Fiscal dos Municípios Brasileiros

O Brasil enfrenta um ambiente econômico desafiador: juros altos, contas federais em desequilíbrio e incertezas externas. Além disso, consolida-se internamente um quadro de baixa competitividade, que trava o crescimento e afasta investimentos. Nesse cenário, municípios ganham relevância: por estarem mais próximos do cidadão, podem atacar ineficiências e transformar a gestão dos recursos públicos em melhores serviços para a população.

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) mostra como os municípios administram seus recursos e evidencia que uma gestão eficiente é decisiva para fortalecer a competitividade do país. Esta edição do índice avaliou as contas de 5.129 cidades a partir dos dados do ano de 2024.

¹ Para mais detalhes, consulte o anexo metodológico: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>

Em média, os municípios encerraram o ano em situação fiscal favorável: o IFGF alcançou 0,6531 ponto, o melhor resultado da série iniciada em 2013. Ainda assim, 46 milhões de brasileiros vivem em localidades com gestão ineficiente das contas públicas, permanecendo expostos às oscilações econômicas e políticas.

Na comparação anual, a ampliação das transferências da União foi determinante para o crescimento das receitas municipais e contribuiu para a melhora fiscal das cidades. Essa maior disponibilidade de recursos sustentou a expansão dos gastos, sem comprometer a folga orçamentária. Desta forma, mesmo com baixa autonomia, sobretudo nas cidades menores, as prefeituras encerraram 2024 com melhor planejamento e menor peso das despesas de pessoal no orçamento. Além disso, os investimentos públicos atingiram patamar recorde.

Apesar dos avanços, persistem desafios para transformar esse quadro em desenvolvimento econômico. Sem critérios claros de alocação de receitas e mecanismos de avaliação dos gastos, o ganho fiscal não se converterá em competitividade tampouco em melhorias sociais.

À luz desse cenário, esta análise aborda os principais desafios para a gestão fiscal nos municípios do estado da Bahia². Foram analisadas as contas de 369 dos 417 municípios baianos³, onde vivem 14,1 milhões de pessoas - 94,7% da população estadual.

A Situação Fiscal dos Municípios Baianos

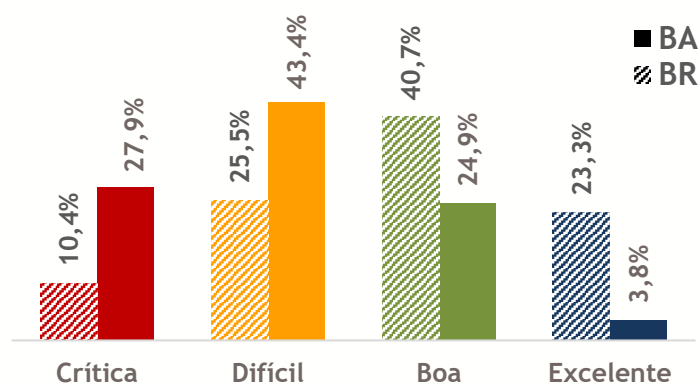
Mais de cem municípios baianos não produzem receita suficiente para manter o prefeito e a Câmara

Na média, os municípios baianos terminaram o ano de 2024 com uma situação fiscal difícil. O IFGF médio do estado alcançou **0,5019 ponto** – 23,2% abaixo da média nacional (0,6531 pontos). Sete em cada dez municípios baianos (71,3%) encerraram 2024 com situação fiscal crítica ou difícil - dados no gráfico abaixo. Mesmo com esse panorama desfavorável, 24,9% das prefeituras terminaram o ano com boa situação fiscal, enquanto 3,8% dos municípios apresentaram uma excelente gestão fiscal.

² O IFGF, com dados específicos de cada município analisado no Brasil, análises e propostas, pode ser consultado através deste link: www.firjan.com.br/ifgf

³ Os dados de 48 municípios do estado não foram avaliados devido à indisponibilidade ou inconsistência nas informações declaradas.

Distribuição da gestão fiscal dos municípios baianos em 2024



Os municípios do estado apresentaram baixa rigidez orçamentária e bom nível de investimentos. No entanto, o quadro fiscal das cidades baianas foi marcado pelo nível crítico de autonomia e pelo planejamento financeiro ineficiente.

A seguir, serão apresentados os resultados dos quatro indicadores que compõem o IFGF. Além de resumir o quadro fiscal de 2024 dos municípios da Bahia, os indicadores abordam os principais entraves enfrentados pelas prefeituras na gestão dos recursos públicos.

O **IFGF Autonomia** foi o indicador com desempenho médio mais baixo entre os municípios da Bahia: **0,1818 ponto**, 58,7% abaixo da média nacional (0,4403). O indicador avalia se as receitas geradas pela atividade econômica local são suficientes para cobrir as despesas essenciais ao funcionamento da administração municipal⁴. Em 2024, 89,2% dos municípios do estado - 329 de 369 - ficaram com conceito C ou D no indicador. Desse grupo, 156 prefeituras não foram capazes sequer de suprir suas despesas básicas e, portanto, receberam nota zero no indicador.

O IFGF Autonomia evidencia um problema que é crônico na esfera municipal: A alta dependência de municípios por transferências de recursos públicos da União para suprir necessidades mínimas locais. As consequências são: vulnerabilidade frente ao ciclo econômico, desincentivo a gestão fiscal responsável e estagnação da base econômica no município.

Ao contrário do desempenho do indicador anteriormente citado, o **IFGF Gastos com Pessoal** foi a vertente com melhor desempenho no estado. A pontuação de **0,6662** reflete que as prefeituras do estado possuem boa flexibilidade orçamentária e baixo peso da folha de pagamentos de salários e aposentadoria de servidores. Entretanto, na média, este resultado foi abaixo do observado em âmbito nacional (0,7991). Dos 234 municípios

⁴ São consideradas como despesas essenciais ao funcionamento da máquina pública aquelas destinadas ao funcionamento da Câmara Municipal e da estrutura administrativa da prefeitura.

que ficaram com conceito bom ou excelente no indicador, 103 (27,9% do total de municípios) receberam nota máxima por destinarem menos de 45% de seu orçamento para despesas com pessoal.

No entanto, vale citar que 86 prefeituras comprometem mais 54% da Receita com a folha de salário e aposentadorias do funcionalismo público⁵. Entre essas cidades, 20 destinam mais de 60% da receita para esse tipo de despesa, ou seja, ultrapassaram o limite máximo para gasto com pessoal determinado pela LRF.

No **IFGF Liquidez**, que avalia se as prefeituras dispõem de recursos em caixa para cumprimento das obrigações financeiras de curto prazo, os municípios baianos apresentaram baixo desempenho: **0,5327 ponto**, 20,4% abaixo do registrado na média dos municípios do país (0,6689). Na vertente, 271 prefeituras (73,4%) ficaram com conceito C ou D no indicador e, desse grupo, 23 municípios encerraram 2024 no “cheque especial”, pois, não possuíam recursos em caixa para cobrir despesas postergadas para o ano seguinte. Dessa forma, esses municípios receberam nota zero no indicador pela ineficiência do planejamento financeiro. Esses gestores entregaram a prefeitura para seus sucessores com dívidas de curto prazo, restringindo a capacidade de investimento e operação do município no início do mandato seguinte.

Na contramão da maioria do estado, 98 cidades (26,6%) tiveram um planejamento financeiro eficiente, e apenas 16 alcançaram nota máxima no indicador.

Por fim, o **IFGF Investimentos**, que mede a parcela da receita destinada aos investimentos públicos, teve resultado médio de **0,6268 ponto**, 11,0% abaixo da média dos municípios brasileiros (0,7043). Dos 369 municípios analisados, 188 (50,9%) apresentaram elevado nível de investimento público em 2024, dentre os quais 90 prefeituras ficaram com nota máxima no indicador ao destinarem mais de 12% do orçamento para esse tipo de despesa. A destinação de recursos para investimentos públicos é fundamental para a geração de bem-estar para população quanto para o desenvolvimento do ambiente de negócios local.

Destaque: Salvador - BA

Em 2024, a capital baiana apresentou excelente gestão fiscal, ao registrar nota **0,9460** no IFGF Geral, bem acima da média dos municípios baianos (**0,5019**). Salvador atingiu pontuação máxima em **Autonomia**, **Gastos com Pessoal** e **Investimentos**, além de registrar 0,7839 em **Liquidez**. O indicador de Autonomia revela o contraste existente entre a capital e a média dos municípios do estado: enquanto Salvador teve nota máxima

⁵ A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina um limite de alerta de 54% da RCL para Gastos com Pessoal. Quando os municípios atingem esse limite a lei determina que adotem medidas de ajuste fiscal, reduzindo despesas com pessoal e contingenciando novos gastos. Quando o município ultrapassa o limite de 60% de gasto com pessoal, a LRF obriga a reduzir a despesa nos dois quadrimestres seguintes, inclusive com corte de cargos comissionados e funções de confiança.

no indicador, o resultado médio do estado foi de apenas 0,1818 ponto. Salvador também teve desempenho superior ao estado nos outros três indicadores.

Na comparação com as capitais das 26 unidades federativas, Salvador ficou na 3ª posição atrás somente de São Paulo-SP, que ficou com nota ligeiramente maior em Liquidez, e de Vitória-ES, que atingiu nota máxima em todos os indicadores.

Diante disso, a análise histórica mostra que a capital mantém uma trajetória de excelente gestão fiscal, com dados históricos positivos em relação à Autonomia, Gastos com Pessoal e Liquidez. Desde 2022, a cidade também mantém excelente nível de investimentos públicos.

Tabela 3: Evolução da Gestão Fiscal no Município de Salvador

Ano	IFGF Geral	Autonomia	Gastos com Pessoal	Liquidez	Investimentos
2013	0,7167	1,0000	1,0000	0,6819	0,1849
2014	0,8005	1,0000	1,0000	0,7409	0,4611
2015	0,8193	1,0000	0,9127	1,0000	0,3643
2016	0,7951	1,0000	1,0000	0,8073	0,3730
2017	0,8031	1,0000	1,0000	0,9155	0,2968
2018	0,8621	1,0000	1,0000	1,0000	0,4485
2019	0,9052	1,0000	1,0000	1,0000	0,6210
2020	0,9401	1,0000	1,0000	1,0000	0,7605
2021	0,8739	1,0000	1,0000	1,0000	0,4958
2022	0,9823	1,0000	1,0000	1,0000	0,9294
2023	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
2024	0,9460	1,0000	1,0000	0,7839	1,0000
Média BA 2024	0,5019	0,1818	0,6662	0,5327	0,6268
Média Capitais 2024	0,7888	0,9039	0,8102	0,7360	0,7050

EXPEDIENTE: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) - Av. Graça Aranha, 01 CEP: 20030-002 - Rio de Janeiro | Presidente: Luiz César Caetano | Diretor de Competitividade Industrial, Inovação Empresarial e Comunicação Corporativa: Maurício Fontenelle Moreira | Gerente Geral de Competitividade: Luís Augusto Azevedo | Gerente de Estudos Econômicos: Jonathas Goulart | Equipe Técnica: Nayara Freire, Antônio Carvalho e Jefferson Guilherme.

Informações: economia@firjan.com.br
Visite nossa página: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>